



Campo Bom, 23 de março de 2022

MOÇÃO DE APOIO

Excelentíssima Senhora Gênisfer Engers
Presidente da Câmara Municipal de Campo Bom/RS

Os vereadores que subscrevem, nos termos desta casa legislativa, pedem para que, após apreciação e se aprovada pelo plenário desta casa, seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Sérgio Petecão (Senador proponente), e ao Senhor Rodrigo Pacheco (Presidente do Senado Federal), a seguinte MOÇÃO DE APOIO:

APOIO AO PROJETO DE LEI 3.018/2021, QUE TRAMITA NO SENADO FEDERAL, O QUAL DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA AOS PROFESSORES DE TODOS OS NÍVEIS ESCOLARES.

Justificativa

Sabemos que a solução para o problema educacional brasileiro passa pela intervenção pública, e cabe ao Estado instrumentalizar mecanismos incentivadores de adesão ao magistério, como o do caso em tela, bem como da valorização do ofício docente, inclusive na educação superior.

Um dos propósitos da medida deste Projeto de Lei é contribuir para o cumprimento das metas do PNE (Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014) para a valorização desses profissionais, onde fora estabelecido dentre suas metas um prazo de seis anos para a equiparação do rendimento médio dos professores com o de profissionais com escolaridade equivalente. Porém, segundo estatística da plataforma Observatório do PNE relativa a 2020, o salário dos professores alcançava somente 78,5% da média.

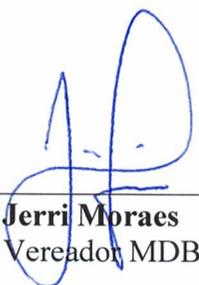
Esse projeto de lei 3.018/2021 modificaria a legislação do IR (lei 7.713, de 1988), acrescentando à lista de isenções o salário de professores na educação infantil, fundamental, média e superior, desde que estejam efetivamente exercendo a profissão.

Cabe ressaltar que nesta proposta, seguiriam sujeitas à tributação apenas as remunerações e rendimentos gerados por outras atividades que não a de efetiva docência.

Assim, pedimos o apoio dos demais colegas, para que encaminhamos esta moção, ao Senador proponente e ao Presidente do Senado, como estímulo à valorização dos

profissionais da Educação em geral, bem como o objetivo, após aprovado, de motivar cada vez mais um maior número de pessoas a integrar a esta importante função que é do magistério.

Atenciosamente;



Jerri Moraes
Vereador MDB



Victor Fernando Souza
Vereador do PCdoB



Professora Gêniifer Engers
Vereadora PDT



Professor Jéferson Nunes
Vereador do PDT



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3018, DE 2021

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas a remuneração da atividade de professor em efetivo exercício na educação infantil, fundamental, média e superior.

AUTORIA: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas a remuneração da atividade de professor em efetivo exercício na educação infantil, fundamental, média e superior.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 6º**.....

.....
XXIV – os valores recebidos, a título de remuneração, pela atividade de professor em efetivo exercício na educação infantil, fundamental, média e superior.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A solução para o problema educacional brasileiro passa pela intervenção pública. Cabe ao Poder Público instrumentalizar mecanismos incentivadores de adesão ao magistério.

Desde 1º de janeiro de 2020, é de R\$ 2.886,24 o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, previsto no art. 2º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

O citado valor sobeja R\$ 1.903,98, que é o limite superior da faixa de isenção da tabela mensal do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) atualmente em vigor. Em consequência, até mesmo o professor do ensino fundamental estará sujeito ao recolhimento do imposto de renda.



SF/21980.18792-07

Propomos que seja isenta do IRPF a remuneração percebida pela atividade de professor em efetivo exercício na educação infantil, fundamental, média e superior. Nossa ideia é beneficiar os professores ora em efetivo exercício e incentivar o maior número possível de pessoas a migrar para o magistério. Como o objeto do favor fiscal é exclusivamente a renda auferida pela atividade do magistério, continuarão tributáveis a remuneração percebida pelo professor no desempenho de outro cargo fora do magistério (por exemplo, instrução em academias de ginástica), bem como os rendimentos de aluguéis que porventura receber.

Ademais, cumpre lembrar que a Meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, determina que os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica devam ser valorizados, “de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE”. No entanto, segundo a plataforma Observatório do PNE, que monitora o seu cumprimento, em 2020, os professores ganhavam 78,5% do salário médio de outros profissionais com a mesma escolaridade. Dadas as dificuldades de avançar de modo mais consistente no cumprimento dessa meta, a isenção que propomos poderá contribuir para a valorização do ofício docente, inclusive na educação superior.

Pedimos o apoio dos ilustres Pares para o aperfeiçoamento e a aprovação desta relevante matéria.

Sala das Sessões,

Senador SÉRGIO PETECÃO

